

13  
R  
H  
31

DOCUMENTO COMPLEMENTAR DA ESCRITURA LAVRADA EM 17 DE  
NOVEMBRO DE 2014, NO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA DO NOTÁRIO  
RUI MANUEL JUSTINO JANUÁRIO, A FOLHAS \_\_\_\_\_ DO LIVRO  
\_\_\_\_\_.

## ESTATUTOS

### CAPÍTULO I

#### DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

##### ARTIGO 1º

###### (Denominação, constituição e duração)

É constituída e reger-se-á pelos presentes Estatutos e pela Lei aplicável, uma Associação de âmbito nacional, com personalidade jurídica e sem fins lucrativos, denominada “Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD)”, adiante designada por Plataforma, a qual durará por tempo indeterminado. \_\_\_\_\_

##### ARTIGO 2º

###### (Sede)

1. A sede da Plataforma é em Lisboa e funciona na Rua Aprígio Mafra, nº 17, 3º Direito, Freguesia de S. João de Brito. \_\_\_\_\_
2. Qualquer eventual alteração do local da sede é da competência da Assembleia Geral, sob proposta da Direcção. \_\_\_\_\_

##### ARTIGO 3º

###### (Fins e Objectivos)

1. A Plataforma tem como fins contribuir para a qualificação da intervenção  
25 da sociedade civil nos domínios da Cooperação para o Desenvolvimento, da

Ajuda Humanitária e de Emergência e da Educação para o Desenvolvimento, potenciar as capacidades das ONGD enquanto organizações empenhadas na afirmação da solidariedade entre os povos e na criação de um mundo mais justo e equitativo e representar as ONGD portuguesas a nível nacional e internacional. \_\_\_\_\_

2. Constituem, nomeadamente, objectivos da Plataforma: \_\_\_\_\_
- a) Promover modelos de desenvolvimento sustentado e integrado no estrito respeito pelos Direitos Humanos; \_\_\_\_\_
  - b) Acompanhar e influenciar a concepção, a execução e a avaliação das políticas de Desenvolvimento e de Cooperação a nível nacional e internacional; \_\_\_\_\_
  - c) Propor, incentivar e defender medidas económicas, ambientais, comerciais e financeiras que respeitem os interesses das populações mais desfavorecidas; \_\_\_\_\_
  - d) Sensibilizar a opinião pública, os decisores e os governos para a urgência de promover um desenvolvimento equitativo e participativo, aos níveis local, nacional, regional e mundial; \_\_\_\_\_
  - e) Facilitar a reflexão e o debate das ONGD sobre áreas temáticas, geográficas e técnicas no âmbito do Desenvolvimento e da Cooperação, bem como desenvolver acções de formação; \_\_\_\_\_
  - f) Contribuir para o desenvolvimento institucional e para o reforço da capacidade de intervenção, assim como para o reconhecimento do direito de participação, do sector não-governamental e da sociedade civil de Portugal e dos países com os quais as associadas da Plataforma trabalham; \_\_\_\_\_

- g) Desenvolver todos os esforços no sentido de aumentar o grau de representatividade do movimento das ONGD, como parte activa da sociedade civil; \_\_\_\_\_
- h) Representar as ONGD portuguesas, nomeadamente perante os Órgãos de Soberania nacionais, e a Confederação Europeia das ONGD de Emergência e Desenvolvimento – CONCORD; \_\_\_\_\_
- i) Promover as culturas dos países e incentivar o seu intercâmbio. \_\_\_\_\_

#### **ARTIGO 4º**

##### **(Filiação)**

A Plataforma, sem prejuízo da independência da sua acção, poderá associar-se a organizações estrangeiras de estrutura e objectivos afins ou filiar-se em organizações internacionais com vista à defesa e promoção dos fins que prossegue. \_\_\_\_\_

#### **CAPÍTULO II**

##### **ASSOCIADOS E SUAS CATEGORIAS**


#### **ARTIGO 5º**

##### **(Constituição)**

1. A Plataforma é constituída por um número ilimitado de associados. \_\_\_\_\_
2. São associados da Plataforma as ONGD abrangidas pela Lei nº 66/98 de 14 de Outubro que pretendam participar, efectiva e activamente, nas actividades desenvolvidas pela Plataforma e cuja candidatura seja aceite por esta. \_\_\_\_\_

#### **ARTIGO 6º**

##### **(Aquisição e perda de qualidade)**

- 
1. Adquirem a categoria de associado as ONGD que, satisfazendo os requisitos do nº 2 do artigo 5º e apresentando candidatura, sejam aceites como tal pela Assembleia-Geral. No caso de rejeição da candidatura, tal deverá ser devidamente fundamentado e as razões dessa decisão deverão ser comunicadas por escrito à candidata. \_\_\_\_\_
  2. A qualidade de associado perde-se: \_\_\_\_\_
    - a) Por iniciativa própria comunicada, por escrito, à Direcção; \_\_\_\_\_
    - b) Por aplicação de sanção disciplinar que implique a perda da qualidade de associado. \_\_\_\_\_
  3. Consideram-se na plenitude de direitos os associados que, não estando abrangidos por suspensão de direitos, tenham em dia as suas quotas.

#### **ARTIGO 7º**

##### **(Deveres)**

1. São deveres dos associados: \_\_\_\_\_
  - a) Contribuir para a realização dos fins e objectivos estatutários da Plataforma;
  - b) Exercer com empenho os cargos ou representações para que tenham sido eleitos, nomeados ou mandatados; \_\_\_\_\_
  - c) Pagar pontualmente as quotas. \_\_\_\_\_
  - d) Entregar anualmente os relatórios de actividades e de exercício aprovados pelos respectivos Órgãos Sociais. \_\_\_\_\_

#### **ARTIGO 8º**

##### **(Direitos)**

1. São direitos dos associados: \_\_\_\_\_
  - a) Eleger e serem eleitos para os órgãos sociais; \_\_\_\_\_

- b) Eleger representantes nas instâncias nacionais e internacionais \_\_\_\_\_
- c) Participar em todas as actividades desenvolvidas pela Plataforma; \_\_\_\_\_
- d) Requerer a convocação da Assembleia-Geral Extraordinária. \_\_\_\_\_
2. Os associados só podem exercer os direitos contidos no n.º 1 se tiverem as suas quotas devidamente actualizadas. \_\_\_\_\_

## ARTIGO 9º

### (Disciplina)

1. Por violação culposa dos deveres estatutários ou do Regulamento Interno podem ser aplicadas aos associados, consoante a gravidade da infracção, as seguintes sanções disciplinares: \_\_\_\_\_
- a) Suspensão dos direitos; \_\_\_\_\_
- b) Perda da qualidade de associado. \_\_\_\_\_
2. As sanções referidas nas alíneas a) e b) do número anterior serão aplicadas aos associados no seguimento de procedimento disciplinar e com observância do princípio do contraditório. \_\_\_\_\_
3. A sanção prevista na alínea a) do número 1 é da competência da Direcção e será aplicada, nomeadamente, aos associados que, depois de notificados pela Direcção para efectuarem o pagamento das quotas em atraso, o não façam por um período superior a seis meses, cessando a suspensão logo que a situação esteja regularizada. \_\_\_\_\_
4. À suspensão de direitos por falta de pagamento de quotas, não se aplica o nº2. \_\_\_\_\_
5. A sanção prevista na alínea b) do número 1 é da competência da Assembleia Geral, mediante parecer fundamentado da Direcção ou por iniciativa de,

pelo menos, um quinto dos associados na plenitude de direitos, sem prejuízo do disposto no número 2. \_\_\_\_\_

### **CAPÍTULO III**

### **ORGÃOS SOCIAIS**

#### **ARTIGO 10º**

#### **(Disposições Gerais)**

1. São Órgãos Sociais da Plataforma: \_\_\_\_\_
  - a) A Assembleia-Geral \_\_\_\_\_
  - b) A Direcção \_\_\_\_\_
  - c) O Conselho Fiscal. \_\_\_\_\_
2. Os titulares dos Órgãos Sociais da Plataforma são eleitos em Assembleia-Geral, por mandatos de três anos, através de lista eleitoral composta por ONGD membros da Plataforma. \_\_\_\_\_
3. A forma e o método de eleição dos titulares dos Órgãos Sociais são definidos pelas disposições constantes no Regulamento Eleitoral, cuja aprovação e revisão é competência da Assembleia Geral. \_\_\_\_\_
4. Os membros dos Órgãos Sociais tomam posse no primeiro dia útil do mês seguinte à respectiva eleição, excepto em casos de substituição, permanecendo no exercício de funções até à tomada de posse dos respectivos substitutos. \_\_\_\_\_
5. Não é permitida a eleição de qualquer membro dos Órgãos Sociais por mais de dois mandatos consecutivos para o mesmo órgão, salvo se for reconhecida pela Assembleia-Geral a impossibilidade ou inconveniência de proceder à sua substituição. \_\_\_\_\_

413 ✓  
R  
A  
6 ↓

## ARTIGO 11º

### (Exercício gratuito dos cargos)

O exercício de qualquer cargo nos Órgãos Sociais é gratuito, podendo, no entanto, os seus membros ter direito ao pagamento das despesas emergentes do desempenho das respectivas funções. \_\_\_\_\_

## SECÇÃO I

### ASSEMBLEIA-GERAL

## ARTIGO 12º


### (Funcionamento)

1. A Assembleia-Geral é constituída por todas as organizações associadas, no pleno exercício dos seus direitos, tendo cada uma direito a um voto. \_\_\_\_\_
2. A Mesa da Assembleia-Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário. \_\_\_\_\_
3. A eleição da Mesa da Assembleia Geral é regulamentada pelas disposições constantes no Regulamento Eleitoral. \_\_\_\_\_
4. A Assembleia Geral reunirá, quando o Presidente da Mesa a convocar a pedido de qualquer Órgão Social ou grupo mínimo de 1/5 dos associados, à hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto, ou meia hora depois, com qualquer número de presenças. \_\_\_\_\_

## ARTIGO 13º

### (Convocatória)

1. A Assembleia-Geral é convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia-Geral mediante aviso postal expedido para cada um dos associados com a  
25 antecedência mínima de quinze dias ou dez dias úteis. \_\_\_\_\_

- 
2. Da convocatória constará o dia, hora, local de realização da Assembleia-Geral e a respectiva Ordem de Trabalhos. \_\_\_\_\_
  3. As deliberações serão tomadas por maioria absoluta, salvo o disposto no número seguinte e no caso das alíneas d), f) e g) do artigo 15º em que serão necessários dois terços dos votos expressos. \_\_\_\_\_
  4. As deliberações relativas à alínea e) do artigo 15º exigem o voto favorável de três quartos do número total de associados. \_\_\_\_\_

#### **ARTIGO 14º**

##### **(Sessões)**

1. A Assembleia-Geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias. \_\_\_\_\_
2. A Assembleia-Geral reunirá ordinariamente: \_\_\_\_\_
  - a) Até 31 de Março de cada ano para discussão e votação do relatório e contas do exercício do ano anterior, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal;
  - b) Até 15 de Dezembro de cada ano, para apreciação e votação do plano de actividades e orçamento para o ano seguinte; \_\_\_\_\_
  - c) Durante o mês de Dezembro, para eleição dos Órgãos Sociais. \_\_\_\_\_
3. A Assembleia-Geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal ou a requerimento de, pelo menos, um quinto dos associados efectivos no pleno gozo dos seus direitos. \_\_\_\_\_

#### **ARTIGO 15º**

##### **(Competências)**

Compete à Assembleia-Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos e em

25 especial: \_\_\_\_\_

- 513 ✓
- PK HF
- 71 d
- a) Definir as linhas fundamentais de actuação da Plataforma; \_\_\_\_\_
  - b) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respectiva Mesa e os membros dos órgãos executivo e de fiscalização; \_\_\_\_\_
  - c) Apreciar e votar anualmente o plano de actividades e o orçamento para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas e apreciar o parecer do Conselho Fiscal; \_\_\_\_\_
  - d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico; \_\_\_\_\_
  - e) Deliberar sobre a extinção da Plataforma. \_\_\_\_\_
  - f) Autorizar a Direcção a demandar os membros dos Órgãos Sociais por actos praticados no exercício das suas funções resultantes do incumprimento dos deveres legais ou estatutários; \_\_\_\_\_
  - g) Aprovar a adesão ou a filiação a uniões, federações ou organizações internacionais; \_\_\_\_\_
  - h) Verificar o cumprimento dos Estatutos e da Lei; \_\_\_\_\_
  - i) Definir, sob proposta da Direcção ou de três quartos dos Associados, o regime de pagamento das quotas e os respectivos montantes e actualizações;
  - j) Aprovar a admissão de novos associados; \_\_\_\_\_
  - k) Aprovar e deliberar sobre as alterações aos Regulamentos Internos, nomeadamente o Regulamento Eleitoral. \_\_\_\_\_
  - l) Deliberar sobre a alteração dos Estatutos e sobre a cisão ou fusão da Plataforma. \_\_\_\_\_

## SECÇÃO II

### DIRECÇÃO

## ARTIGO 16º

### (Composição)

1. A Direcção é constituída por um número impar de cinco ou sete elementos.
2. A eleição da Direcção é regulamentada pelas disposições constantes do Regulamento Eleitoral. \_\_\_\_\_
3. A Direcção nomeará entre si o Presidente. \_\_\_\_\_
4. As deliberações da Direcção constam sempre em acta e são tomadas por maioria dos votos expressos, tendo o Presidente e, na sua ausência, em quem ele delegue, voto de qualidade. \_\_\_\_\_
5. A Direcção será apoiada por um Director Executivo e um Secretariado. \_\_\_\_

## ARTIGO 17º

### (Competências)

1. Compete à Direcção gerir e representar a Plataforma incumbindo-lhe designadamente: \_\_\_\_\_
  - a) Apresentar à Assembleia-Geral parecer fundamentado sobre a admissão de novos associados; \_\_\_\_\_
  - b) Submeter à Assembleia-Geral o Relatório Anual sobre a situação e actividades da Plataforma e contas do exercício acompanhado do parecer do Conselho Fiscal, bem como o programa de actividades e orçamento para o ano seguinte; \_\_\_\_\_
  - c) Celebrar acordos de cooperação quando mandatada pela Assembleia-Geral;
  - d) Representar a Plataforma em juízo ou fora dele; \_\_\_\_\_
  - e) Representar externamente a Plataforma das ONGD, podendo delegar essa representação: \_\_\_\_\_

- 42  
R3  
8↓
- i. Nos quadros técnicos do Secretariado; \_\_\_\_\_
  - ii. Em outras ONGD, mediante consulta das Associadas, sempre que possível. \_\_\_\_\_
  - f) Estabelecer a organização técnico-administrativa da Associação e a regulamentação do seu funcionamento interno, podendo contratar pessoal e exercer os poderes inerentes; \_\_\_\_\_
  - g) Elaborar regulamentos, nomeadamente o regulamento eleitoral e o regulamento interno da Plataforma, os quais deverão ser submetidos à Assembleia-Geral para aprovação; \_\_\_\_\_
  - h) Zelar pelo cumprimento da Lei, dos Estatutos e das deliberações dos Órgãos Sociais da Associação. \_\_\_\_\_
  - i) Propor à Assembleia-Geral, nos termos dos presentes Estatutos, sobre a criação ou extinção de delegações ou outras formas de representação, em qualquer ponto do território nacional ou fora dele. \_\_\_\_\_
  - j) Contratar o Director Executivo e o pessoal do Secretariado. \_\_\_\_\_
  - k) Propor à Assembleia Geral a alteração da sede da Plataforma. \_\_\_\_\_
2. Nas operações financeiras é obrigatória a assinatura do Presidente e de outro membro da Direcção. \_\_\_\_\_
3. Por deliberação da Direcção, podem ser delegados no Director Executivo outras competências para além das estabelecidas no Artigo 18º. \_\_\_\_\_

## **ARTIGO 18º**

### **(Direcção Executiva)**

- 1. A Direcção Executiva é composta por um Director Executivo e por um Secretariado de apoio, contratados pela Direcção. \_\_\_\_\_
- 2. Compete ao Director Executivo: \_\_\_\_\_

- a) Assegurar o funcionamento regular da Associação; \_\_\_\_\_
- b) Cumprir as orientações estabelecidas pela Direcção para cada ano de actividade; \_\_\_\_\_
- c) Assegurar e estimular a comunicação interna e o intercâmbio entre os associados e entre os Órgãos Sociais da Plataforma; \_\_\_\_\_
- d) Preparar e elaborar os relatórios anuais e de projectos solicitados pela Direcção; \_\_\_\_\_
- e) Exercer a direcção administrativa e financeira da Associação; \_\_\_\_\_
- f) Assegurar a gestão do pessoal do Secretariado; \_\_\_\_\_
- g) Assessorar as reuniões dos Órgãos Sociais, nas quais participa, sempre que convocado, sem direito a voto. \_\_\_\_\_

### SECÇÃO III

#### CONSELHO FISCAL

#### ARTIGO 19º

##### (Composição e competências)

1. O Conselho Fiscal é composto por três membros, dos quais um Presidente e dois vogais. \_\_\_\_\_
  2. A eleição do Conselho Fiscal é regulamentada pelas disposições constantes no Regulamento Eleitoral. \_\_\_\_\_
  3. Compete ao Conselho Fiscal vigiar pelo cumprimento da Lei e dos Estatutos e designadamente: \_\_\_\_\_
    - a) Examinar, sempre que o julgue conveniente e, pelo menos, uma vez por semestre, a escrituração da Associação; \_\_\_\_\_
    - b) Dar parecer sobre o relatório e contas e sobre todos os assuntos que os
- 25 Órgãos Sociais da Plataforma submetam à sua apreciação \_\_\_\_\_

4. As deliberações do Conselho Fiscal são tomadas por maioria dos votos, tendo o Presidente voto de qualidade. \_\_\_\_\_

## **CAPÍTULO IV**

### **REPRESENTAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL**

#### **ARTIGO 20º**

##### **(Criação de Delegações)**

1. A Plataforma poderá criar, por proposta da Direcção a submeter à Assembleia-Geral, delegações ou outras formas locais de representação, no território nacional ou fora dele, adequadas às suas actividades. \_\_\_\_\_
2. A Plataforma poderá nomear, quando se justifique, delegados internacionais, cujas atribuições e competências serão definidas em regulamento próprio a ser elaborado pela Direcção e submetido à aprovação da Assembleia-Geral. \_\_\_\_\_

## **CAPÍTULO V**

### **PATRIMÓNIO**

#### **ARTIGO 21º**

##### **(Receitas e património)**

O património da Plataforma, os seus fundos e rendimentos são constituídos por: \_\_\_\_\_

- a) As quotas dos associados; \_\_\_\_\_
- b) Os bens doados, legados e heranças e respectivos rendimentos; \_\_\_\_\_
- c) Os subsídios do Estado e de organismos nacionais e internacionais; \_\_\_\_\_
- d) Todos os bens móveis e imóveis adquiridos para o seu funcionamento e instalações necessárias à sua actividade; \_\_\_\_\_

- e) Quaisquer outros rendimentos ou valores que provenham da sua actividade ou que por lei ou contrato lhe devam pertencer. \_\_\_\_\_

## **CAPÍTULO VI**

### **ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS E DISSOLUÇÃO**

#### **ARTIGO 22º**

##### **(Alterações Estatutárias)**

As alterações estatutárias carecem da maioria de três quartos dos associados presentes em Assembleia-Geral expressamente convocada para esse fim, com antecedência não inferior a trinta dias. \_\_\_\_\_

#### **ARTIGO 23º**

##### **(Dissolução)**

1. A dissolução da Plataforma requer o voto favorável de três quartos do número total de associados. \_\_\_\_\_
2. No caso de extinção, competirá à Assembleia-Geral deliberar sobre o destino dos bens existentes e a nomeação de uma comissão liquidatária.

## **CAPÍTULO VII**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

#### **ARTIGO 24º**

##### **(Disposições Finais)**

A Associação fica sujeita às Leis e Tribunais portugueses, sendo o foro da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro, o único competente para dirimir todas as questões emergentes dos actos sociais. \_\_\_\_\_

*Handwritten signatures and notes at the bottom of the page.*